IMPÔSTO SOBRE A RENDA — CÔNJUGES ESTRANGEIROS — LEI DE INTRODUÇÃO DO CÓDIGO CIVIL

— A atual Lei de Introdução do Código Civil, em face do princípio da irretroatividade, não alterou o regime de bens vigente para cônjuges estrangeiros, aqui domiciliados antes de sua promulgação.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCESSO N.º 501-44

Giorgio Renato Levi (Estado de São Paulo). — Despacho do Sr. Diretor da Divisão do Impôsto de Renda: “Responda-se nos termos do parecer do Assistente Jurídico desta D.I.R. Publique-se e restitua-se o processo, para os devidos fins, à Delegacia Regional do Impôsto de Renda em São Paulo.

É o seguinte o parecer a que alude o despacho:

“A consulta do Sr. Giorgio Renato Levi afflora a *famosíssima quaestio* entre Dumoulin e D'Argentré, sobre o regime de bens no casamento, encarado do ponto de vista do Direito Internacional Privado, cujo objetivo é resolver os conflitos de leis no espaço.

2. O caso, entretanto, não chega a oferecer dificuldade. Nossa legislação interespacial sempre proclamou a competência da lei pessoal dos cônjuges para regular o regime matrimonial de bens, em contraposição à dos países que admitem a *lex rei sitae* ou a autonomia da vontade das partes. Só que, à vigência da Introdução ao Código Civil, o estatuto pessoal estava subordinado à lei nacional, enquanto agora, com a nova Lei de Introdução, baixada pelo Decreto-lei número 4.657, de 4-9-42, esse mesmo estatuto obedece à lei do domicílio.

3. Com efeito, rezava a Introdução ao Código Civil:

“Art. 8.º A lei nacional da pessoa determina os direitos de família, as relações pessoais dos cônjuges e o regime de bens no casamento, sendo lícito, quanto a este, a opção pela lei brasileira”.

4. E a atual Lei de Introdução (de acôrdo com a retificação inserta no *Diário Oficial* de 17 de junho de 1943):

“Art. 7.º .....

§ 4.º O regime de bens, legal ou convencional, odebece à lei do país em que tiveram os nubentes domicílio, e, se este fôr diverso, à do 1.º domicílio conjugal”.

5. Assim, ao invés de atender, como dantes, à lei nacional dos nubentes estrangeiros que se casam no Brasil ou para aqui se transferissem, admitida a possibilidade de optarem pela lei brasileira, hoje a competência é da lei do domicílio dos cônjuges, quando era o mesmo comum à época do matrimônio, ou, se era diferente, a do primeiro domicílio conjugal.

6. Entretanto, sem querer levantar um problema de direito internacional inter-temporal, propondo um conflito no tempo entre as duas regras de direito interespacial, é fácil compreender dentro do princípio da irretroatividade da

lei, que, no caso de Giorgio Renato Levi, a lei italiana, vale dizer, a de sua nacionalidade, permanece aplicável ao regime de bens de seu consórcio com Delfina Ghiron Levi (é óbvio, se o casamento é anterior — como estamos supondo — à data de vigência do Decreto-lei n.º 4.657 — o que deve ser esclarecido pelo consulente).

7. Isto significa que o regime em questão é o da separação absoluta de bens, em que não se comunicam nem os aquestos, ou bens adquiridos onerosamente durante a sociedade conjugal. É, realmente, a norma do direito italiano (V. CHIRONI, *Istituzioni*, §§ 394-5).

8. Logo, não há senão aplicar, sem maiores vacilações, no que diz respeito ao impôsto de renda, o que se contém no art. 67 da lei que rege o tributo, inclusive quanto à faculdade, concedida no parágrafo único, e que pode ou não ser aproveitada pelos interessados, de fazer declaração em separado, relativamente aos rendimentos de cada cônjuge".